



MARIA DE SOUSA NASCIMENTO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NEGRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Realidade e Desafios

LUZIÂNIA - GO

2017

MARIA DE SOUSA NASCIMENTO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NEGRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Realidade e Desafios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Luziânia, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Manoel Adão.

LUZIÂNIA - GO

2017

MARIA DE SOUSA NASCIMENTO

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NEGRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Realidade e Desafios**

Monografia defendida e aprovada em 20 de Novembro de 2017, pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Jorge Manoel Adão
Orientador

Ana Cláudia Vieira Braga (SEE/DF)
Avaliadora

Prof. Daniel Pereira da Silva
Avaliador

LUZIÂNIA-GO

2017

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida. Dedico aos meus pais Maria Delourdes Alves de Sousa e Francisco de Assis do Nascimento, pelos cuidados e dedicação que me deram, em todos os momentos, a esperança para seguir. A vocês meu filho Iago Francisco Marques de Sousa e sobrinho Gabriel Cleovany Pereira Sousa do Nascimento que, como pessoas, amo partilhar a vida. Dedico também ao meu Querido e amado esposo Ueslei Marques da Silva pelo carinho, paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria dos meus longos dias e noites de estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha família, por sempre ter me dado todo apoio possível e por terem acreditado em meus sonhos, sempre me fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

A todos os educadores de minha trajetória acadêmica, que foram auxiliares em minha aprendizagem, me proporcionando a oportunidade de obter maior conhecimento e que, de forma positiva, me incentivaram a acreditar na educação e a seguir este caminho.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Jorge Manoel Adão, por ter me acompanhado durante esta fase e se esforçado imensamente para que este trabalho fosse realizado da melhor forma possível, sempre me incentivando e indicando os melhores caminhos a seguir.

Aos professores e avaliadores, pela disponibilidade de leitura deste trabalho e pelas valorosas contribuições.

“Ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural”

(Paulo Freire)

RESUMO

O objetivo desse Trabalho de Conclusão é investigar a importância das Relações-Étnico Raciais Negras na Educação Infantil. Procura-se, dessa forma, investigar quais têm sido os desafios das Relações Étnico-Raciais para trabalhar em uma turma da Pré-Escola em uma escola pública do município de Luziânia - GO. Ainda avaliar o que o Projeto Político Pedagógico da escola propõe para o trabalho pedagógico com as relações étnico-raciais; identificar quais os desafios encontrados pelos professores da Pré-Escola para trabalhar as questões étnico-raciais em sala de aula. Para o alcance dos objetivos propostos, o presente estudo conta com o seguinte suporte teórico: (a) Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639, de 2003; e 11.645, de 2008 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2005); (b) da Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências, de Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros (2003); (c) da Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial, de Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho (2012); (d) da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula, de Amilcar Araujo Pereira (2014); (e) da História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil, do Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão(2014); (f) e, da História da Educação do Negro e outras histórias, de Jeruse Romão (2005). A construção de práticas na Educação Infantil proporciona uma reflexão das ações pedagógicas, pela qual os educadores são mediadores das realizações promotoras da igualdade racial.

Palavras-chave: Educação Infantil. Escola. Racismo. Igualdade.

ABSTRACT

The purpose of this Conclusion Paper is to investigate the importance of Black Race-Ethnic Relations in Early Childhood Education. It is thus sought to investigate what the challenges of Ethnic-Racial Relations have been to work in a pre-school class in a public school in the municipality of Luziânia - GO. Still assess what the School's Political Educational Project proposes for pedagogical work with ethnic-racial relations; identify the challenges encountered by pre-school teachers to work on ethnic-racial issues in the classroom. To reach the proposed objectives, the present study has the following theoretical support: (a) Paths Opened by Federal Law 10.639, of 2003; and 11,645, 2008 / Secretariat of Continuing Education, Literacy and Diversity (2005); (b) Diversity in Education: Reflections and Experiences, by Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros (2003); (c) Early Childhood Education and practices promoting racial equality, by Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho (2012); (d) Ethnic-Racial Relations Education in Brazil: working with African and Afro-Brazilian histories and cultures in classrooms, by Amilcar Araujo Pereira (2014); (e) African and Afro-Brazilian History and Culture in Child Education, Ministry of Education. Secretariat for Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion (2014); (f), and from the History of Black Education and other stories, by Jeruse Romão (2005). The construction of practices in children's education provides a reflection of pedagogical actions, by which educators are mediators of achievements promoting racial equality.

Keywords: Early Childhood Education. School. Racism. Equality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA	13
1.1 O Negro e a educação no Brasil	13
1.2 Educação infantil	15
1.3 Práticas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem das relações étnico-raciais na educação infantil	18
2 ABORDAGEM TEÓRICA	22
2.1 Principais conceitos: negro, negritude, ideologia, branqueamento, movimento negro e educação, educação infantil	23
2.2 Referencial teórico	25
2.3 Metodologia	26
3 CONTEXTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA	27
3.1 Escola Municipal Cláudia Rosa Gomes Peixoto	27
3.2 Descrição da pesquisa	28
3.3 Análise da pesquisa	32
CONSIDERAÇÕES	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXO A Questionário aplicado para os professores da rede municipal de ensino de Luziânia - GO	39
ANEXO B Carta de Apresentação Acadêmica	40
APÊNDICE - C Declaração de autenticidade	41
CARTA DE ACEITE PARA A BANCA EXAMINADORA	42

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho de Conclusão de Curso - TC é investigar a importância das relações étnico-raciais negras na Educação Infantil, em uma escola pública do Município de Luziânia – estado de Goiás (GO); especificamente, trata-se de um estudo a partir da Escola Municipal Cláudia Rosa Gomes Peixoto, que está localizada na Rua 13 Quadra 260 lotes 01 a 16 Parque Estrela Dalva 4 Luziânia - GO. A construção de práticas na Educação Infantil proporciona uma reflexão das ações pedagógicas, pela qual os educadores são mediadores das realizações promotoras da igualdade racial.

Procura-se dessa forma atender ao objetivo geral: investigar qual é a realidade e quais têm sido os desafios das relações étnico-raciais em uma turma da Pré-Escola em uma escola pública do município de Luziânia - GO. E, os seguintes objetivos específicos: (a) avaliar o que o Projeto Político Pedagógico da escola propõe para o trabalho pedagógico com as relações étnico-raciais; (b) ver como está a realidade e analisar de que forma o grupo gestor e o professor lidam com os conflitos oriundos das questões étnico-raciais negras; (c) e, identificar quais os desafios encontrados pelos professores da Pré-Escola para trabalhar as questões étnico-raciais em sala de aula.

Em nível de legislação, péssimos: a Lei nº. 10.639, de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Lei nº. 9.394, de 1996; e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar na Educação Básica; e, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990); bem como, o atual Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). Esta questão vem ao encontro de afirmar a diferença sem com isso desprezar as outras diferenças.

Durante a Educação Infantil, as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas de sala de aula até mesmo do lugar onde ela mora, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, têm suas preferências por brinquedos. No entanto, é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade (CEERT, 2011). Diante disso, Trinidad (2011) reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizada que a criança tem acesso. Isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos; e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para uma convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

De acordo com Trinidad (2011), citado acima, para trabalhar a diversidade étnico-racial com as crianças, a família é primordial. Os pais devem ser informados sobre todas as atividades que serão realizadas com as crianças, (o objetivo é principalmente, o de mostrar a importância da participação das mesmas) trazendo informações sobre a cultura que a criança tem em casa, a formação e os hábitos familiares, suas atividades de finais de semana seus rituais religiosos. Todas essas informações são importantes para serem consideradas na prática pedagógica junto à criança.

O contexto social, no qual temos que inserir as relações étnico-raciais na Educação Infantil, nos desafia a encontrar respostas para problemas que os professores encontram em trabalhar a diversidade na sala de aula.

O estudo do tema “Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil” surgiu devido minhas experiências no Estágio Supervisionado de Educação Infantil, cujo este trabalho se tornou bastante desafiador. Observando no meio acadêmico, pude notar que é bem reduzido o número de pessoas negras, então pude pesquisar sobre as relações étnico-raciais negras, que são questões que podemos abordar para promover interações com as crianças e também com os adultos; assim possibilitando que valorizem e respeitem às diferenças desde cedo, contribuindo positivamente para mudanças em meio à sociedade.

As relações étnico-raciais não acontecem a partir do Ensino Fundamental; pelo contrário, estão presentes em toda a história de nossas vidas. Devemos auxiliar os pequenos cidadãos a valorizar suas diferentes características étnicas e culturais desde a Educação Infantil. Paulo Freire (1987) afirma que todo o futuro é a criação que se faz pela transformação do presente. Entretanto, não podemos esperar que as crianças deixem a Educação Infantil para orientá-las quanto a questões tão relevantes para sua formação pessoal e social, a fim de que saibam como intervir e construir a sua própria história de vida, numa pedagogia da autonomia, na construção efetiva de sua cidadania e de formas mais complexas de sua consciência.

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravidão que a geração atual herdou (BRASIL, 2001, p.11).

A metodologia do estudo é a abordagem qualitativa, por procurar compreender os processos educativos enquanto fenômenos sociais, levando-se em conta o contexto social do ambiente escolar e as singularidades de cada indivíduo no decorrer de sua aprendizagem

(GODOY, 1995). Neste sentido, foi realizada uma pesquisa de campo utilizando-se dos instrumentos da observação sistemática e da entrevista semiestruturada para coleta de dados.

Para o alcance dos objetivos propostos, o presente estudo conta com o seguinte suporte teórico: (a) Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639, de 2003 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2005); (b) da Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências, de Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros (2003); (c) da Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial, de Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho (2012); (d) da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula, de Amilcar Araujo Pereira (2014); (e) da História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil, do Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (2014); (f) e, da História da Educação do Negro e outras histórias, de Jeruse Romão (2005).

Desta maneira, no primeiro capítulo será apresentado inicialmente um panorama geral acerca de aspectos da Educação Infantil, bem como também aspectos históricos e legais relacionados ao ensino da cultura africana e afro-brasileira durante a Educação Infantil, levando-se em conta também as práticas pedagógicas, elementos de fundamental importância neste processo.

Logo após no segundo capítulo define-se conceitos fundamentais para a compreensão deste trabalho, dentre eles aspectos relevantes que compõem o contexto educacional da Educação Infantil, buscando-se revelar aspectos teóricos e metodológicos de relação entre as mesmas. No terceiro capítulo é exposto o caminho metodológico que foi utilizado na estruturação deste trabalho de conclusão que permitiu juntar a fundamentação teórica usada com a coleta de dados em campo no decorrer do processo de elaboração deste trabalho.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

O discernimento é indispensável, de maneira particular quando ocorrem situações de discriminação no cotidiano da Escola [...]. A problemática que envolve a discriminação étnica, cultural e religiosa, ao invés de se manter em uma zona de sombra que leva à ambiguidade nas falas e atitudes, alimentando com isso o preconceito, pode ser trazida à luz, como elemento de aprendizagem e crescimento do grupo escolar como um todo. (BRASIL, MEC/SEF, 1997).

Neste estudo faz-se necessário realizarmos uma análise do método de ensino e aprendizagem com relação a Educação Infantil e as relações étnico-raciais negras desde sua origem até o presente momento; pois, esta é uma etapa fundamental na construção da identidade da criança, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementado pela ação da família (BRASIL, 1998). Com isto, tenho o intuito de buscar entender em um contexto histórico e cultural que vem sendo difundida no decorrer das evoluções históricas sobre as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil.

É importante discutir sobre as ações pedagógicas do método de ensino e aprendizagem sobre as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil; visando entender o educador como presença importante na construção do conhecimento e organizador nas situações de interação da linguagem promovidas no cotidiano escolar, propondo-se uma intervenção pedagógica ativa no desenvolvimento racial.

1.1 O negro e a educação no Brasil

O intuito deste subitem é refletir sobre os parâmetros sociais baseados em valores democráticos tais como a diversidade cultural, as Relações Étnico-Raciais no Brasil, o racismo, que ainda é preocupante, pois destaca a difícil colocação do negro na sociedade brasileira que é parte do processo histórico demorado cujo final depende do esforço do povo negro e o apoio da sociedade brasileira.

A partir do século XIX, no Brasil, viveu-se um período histórico de significativas mudanças no campo político, econômico e social, pois haverá a preocupação com a consolidação do Estado nacional formado, a partir de 1822, com o processo de independência. Saber e conhecer as leis de um modo geral, a história da população negra, as suas lutas, e de importante para reconhecer a herança dos povos africanos e suas culturas na formação do

Brasil é um bom começo para qualquer pesquisa; pois, com isto as concepções a respeito da infância no Brasil foram constituídas numa perspectiva de desigualdade em relação à classe social, a raça, a etnia e ao gênero entre as crianças, gerando sérios impactos na educação das crianças pequenas até os dias de hoje.

A história da educação brasileira, tratada no currículo das academias e algumas bibliografias bem comuns, têm funcionado como veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras (CRUZ, 2005).

O grande desafio da Lei 10.639, de 2003 é mostrar os estudos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana. Por isto, é importante abordar os estudos sobre a história da educação do negro no Brasil, trazendo o problema da exclusão do negro do processo educativo. Focando que no espaço escolar, ainda hoje o negro é excluído é alvo de todo o tipo de preconceito.

Segundo Matilde Ribeiro (2004), o Brasil no aspecto legal teve uma ação permissiva diante da discriminação e do racismo cujos reflexos são sentidos ainda hoje. Pois os dados do IBGE (2017) mostra que a população do Brasil passa da marca de 207.208.925. E, de acordo com o site da UNICEF Brasil, mais da metade da população são de crianças e adolescentes afrodescendentes. A escola deve estar preparada para trabalhar com as diferenças. Diante disso, Candau (2003) afirma que;

A questão racial não é exclusiva dos negros. Ela é da população brasileira. Não adianta apoiar e fortalecer a identidade das crianças negras, se a branca não repensar suas posições. Ninguém diz para o filho que deve discriminar o negro, mas a forma como se trata o empregado, as piadas, os ditos e outros gestos influem na educação.

Segundo Ademil Lopes (1995), as pesquisas sobre a História do negro no Brasil devem considerar a opressão vivida pelos povos africanos no cativeiro buscando relações com o presente. Segundo Kabengele Munanga (2001), quanto à escravidão no Brasil, destaca-se uma produção discursiva cheia de estereótipos e preconceitos aliada a uma situação de desequilíbrio onde prevalece a relação dominante/dominado e um discurso monopolista da “razão”, de “virtude” e “verdade”.

A Lei 10.639, de 2003, é apenas um passo institucional muito importante, precisamos voltar ao ponto de origem, reconstituir a trajetória do negro brasileiro e não podemos ensinar nas escolas somente o que nos convém para não sermos escravos do

preconceito, mas ensinar a respeitar os novos conceitos que nos leva a ter uma sociedade digna e livre de preconceitos. De acordo com (Cruz 2005, p. 29),

Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram-se em nível legislativo, quando se proibiu o escravo, e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos livres de estudar não houve condições materiais para a realização plena do direito.

Outro ponto a ser lembrado é sobre os livros didáticos, que nos mostram um fator histórico: a negritude ou africanidades tem sido tratada ainda de forma restrita e muito preconceituosa, com textos curtos sem nenhum significado com imagens grandes que não explica diretamente com o fato em si, e a não formação de professores para tratar da história de negros ou história da cultura negra dentro de sala de aula.

Pela falta de informações em documentos oficiais que constatei na procura sobre a história da educação de negros no Brasil, e por causa da omissão de dados nos conteúdos oficiais e nos cursos de formação de professores, relevo que é de extrema necessidade ter um desenvolvimento sobre os estudos e implementação dos currículos acadêmicos de forma compreensível, que contemplem a diversidade étnico-racial, a fim de contribuir com a formação de professores no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Por tudo isto, a desigualdade no acesso e permanência da população negra no sistema oficial de ensino reflete-se atualmente na defasagem educacional que acomete os negros no Brasil.

1.2 A educação infantil

O fato da Educação Infantil não estar contemplada diretamente na Lei no. 10.639, de 2003, talvez explique a falta de algumas pesquisas voltadas para essa etapa ter bastante dificuldade de obter sucesso, pois são voltadas para crianças maiores de Ensino Fundamental. Como aponta Rosemberg (2012, p. 36), há o silêncio dos movimentos sociais sobre a educação da criança pequena, se associa um intenso desconhecimento de nós pesquisadores/as sobre as relações raciais que se constroem no âmbito da creche e da pré-escola e da pequena infância.

Ao iniciar uma discussão em torno do processo de ensino e aprendizagem das Relações Étnico-raciais Negras na Educação Infantil se faz necessário enxergar as diversas questões históricas e sociais que permeiam a educação como um todo. De acordo com as

contribuições de Rosemberg (2012), o reconhecimento da Educação Infantil pública no Brasil foi voltado especialmente às crianças pobres, negras, principais usuários das creches públicas e conveniadas, pautadas em condições precárias de qualidade e baixo investimento do Estado.

A partir disto, é possível repensar e ressaltar os desafios que são encontrados no campo da Educação Infantil, que por sinal são inúmeros, envolvendo desde as condições de infraestrutura às práticas e a formação dos profissionais que nela atuam. Mostrando ainda um grande reconhecimento de que a Educação Infantil traz para as crianças pequenas; pois como esta é uma fase que significa muita importância no desenvolvimento humano, incluindo-a na educação básica e analisando-a sobre o prisma da formação mínima para seus profissionais.

Dias (2012), ao estudar sobre as Relações Étnico-raciais Negras na Educação Infantil, analisa os efeitos na formação na prática pedagógica de professoras, constata que a formação é fundamental para as mudanças das práticas pedagógicas com as quais as professoras começaram a inserir atividades sobre a diferença racial. A atual LDBEN de 1996, em um capítulo próprio, reconhece a Educação Infantil como uma etapa de extrema importância no desenvolvimento humano, incluindo-a na educação básica que delibera sobre a formação mínima para seus profissionais.

Ao afirmar que a educação da criança pequena é a primeira etapa da educação básica, a nova lei não está só lhe dando uma posição cronológica na pirâmide da educação, mas principalmente expressando um conceito novo sobre esse nível educacional. [...] A educação da criança de 0 a 6 anos ganha, então, significativa importância, passando a exercer uma função específica no conjunto da educação: a de iniciar a formação que hoje toda pessoa necessita para exercer a cidadania e estabelecer as bases, os fundamentos para estudos futuros (LOBO, 2011, p.155).

Para Forquim (1993), a cultura é o conteúdo primordial da educação, visto que a mesma se coloca como a fonte e justificativa final da mesma. Na busca por transmitir e perpassar comportamentos, conhecimentos e significados sociais, a educação se orienta por interesses coletivos na formação do indivíduo social.

Alguns estudos que tratam das relações raciais na faixa de 0 a 6 anos apontam que há muitas situações de discriminação que envolvem crianças, professores, profissionais de educação e famílias. Tudo isso é uma prova de que a concepção da Educação Infantil há problemas raciais. Entretanto, temos que fazer uma intervenção nessa etapa da educação básica, pois esta é uma fase fundamental para a construção da identidade de todas as crianças.

Aparentemente, as consequências desses comportamentos racistas na vida de milhões de crianças e jovens brasileiros proporcionam situações de preocupações silenciadas dentro

das Escolas. A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a LDBEN 9.394, de 1996, "com intuito de acrescentar no currículo oficial da Rede de Ensino a indispensabilidade do conteúdo de História e Cultura afro-brasileira"; e bem com a finalidade de motivar a preparação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (CNE, 2004).

As situações dos instrumentos das escolas, os conhecimentos dos professores que permanecem insatisfatórios para oferecer uma educação com qualidade para todos, bem como o reconhecimento e valorização da história, cultura e igualdade dos descendentes de africanos (BRASIL MEC/SEF, 1998).

É fundamental, em vista disso, que no primeiro momento da educação básica, estipulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394, de 1996), o corpo docente possibilite aos educandos procedimentos que fortaleçam suas competências no ponto de vista afetivo, cognitivo, social e psicomotor. Nas instituições de Educação Infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras, aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p. 23).

Quando se pensa nas crianças pequenas, o problema torna-se mais grave e preocupante, pois nos faz lembrar que esta é uma fase na qual se constrói os primeiros questionamentos que são levados ao longo de toda a vida. A análise de ações pedagógicas que procuro mostrar nesta pesquisa tem o objetivo de trazer mudanças que estão ocorrendo e devem ocorrer nas instituições de Educação Infantil a partir de proposições de políticas curriculares. Políticas educacionais em geral e políticas curriculares em específico têm um impacto que nunca é direto nas escolas, pois os processos de intervenção são muitos e as formas de resistência são diversas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2013) trazem proposições que têm em vista as redes e as escolas, e o intuito foi discutir práticas pedagógicas que expressam tais tensões e que revelam movimentos e mudanças nas escolas.

Desse modo, é imprescindível compreender de que maneira os negros são apresentados nos livros de histórias infantis. Diante disso Lima (2005), afirma que em geral, no momento que os personagens negros adentram nas histórias estão relacionados à escravidão. Para a autora, histórias que contém personagens como escravos não é o problema, mas estar na resistência de não saber interpretar as histórias contadas, abordando o tema, que muitas vezes, deixam as crianças negras constrangidas. Segundo (Ribeiro 2002, p. 150),

todas as crianças brasileiras de origens étnico-raciais negras devem ter o direito ao reconhecimento da beleza, dignidade e riqueza da cultura negro-africanas. Todos, jovens e adultos com direitos iguais.

De acordo com Bento (2012, p. 09), os educadores têm criado a ideia de que a Educação Infantil é um espaço harmonioso e sem conflitos, mas o que se tem comprovado é que o preconceito racial está presente até mesmos nas primeiras fases; pois, as crianças desde pequenas percebem as diferenças entre si, comparando-se umas às outras e muitas vezes expressam atitudes que revelam preconceitos.

Neste sentido, desde pequenas as crianças já têm uma concepção sobre as diferenças, que foram construídas a partir das suas vivências com os diversos ambientes e grupos de convivências, como a família, a comunidade, a instituição escolar, entre outros, que contribuem para a construção de uma ideia do que é ser branco e do que é ser negro na sociedade (OLIVEIRA, 2004).

A escola enquanto espaço de construção do saber, deve ser o lugar em que o sujeito possa reelaborar conceitos não só sobre relações étnicas raciais, mais sobre a diversidade existente em nossa sociedade. Nesse sentido, a escola tem como função o aprendizado sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, a superação de opiniões preconceituosas sobre os negros, a denúncia do racismo e da discriminação racial. Assim, valores sociais e culturais também são aprendidos.

Diante disso, é possível valorizar diferentes raças e gêneros sabendo que tudo isso e um recurso a ser desenvolvido a todo momento em sala de aula. Inicialmente na Educação Infantil, com recursos diversificados que são favoráveis para uma tarefa de aprendizagem, melhor que isso é abordar o tema de jeito natural, inserindo-o em práticas diárias, brincadeira, música e leitura.

1.3 As práticas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem das relações étnico-raciais na educação infantil

Algumas pesquisas, a partir da década de 1980, sobre a Educação Infantil, mostram a existência de atitudes preconceituosas destinadas as relações étnico-raciais das crianças ainda na pré-escola. Sabemos que, desde cedo, todas as criança devem ser mediadas a construir uma visão do mundo de maneira a identificar as diferenças e a aprender a caracterizar e a superar os preconceitos relacionados às questões étnico-raciais na primeira fase de vida.

Para isso, a escola tem como função dever de promover essa educação voltada para a proporção racial, de forma que venha a eliminar de vez a discriminação racial. Temos que educar as crianças para valorizar a diversidade racial, considerando a diversidade como um ícone indispensável para a identidade nacional da humanidade.

É na fase pré-escolar que a criança começa a perceber as diferenças e semelhanças entre as pessoas dos grupos nas quais está inserida e, assim, começa a construir representações sobre si mesma e sobre os outros, ao mesmo tempo em que vai construindo sua identidade. Com isso, o educador não deve aplicar conceitos de estereótipos para diferenciar crianças negras de crianças brancas. Dependendo de como o educador irá transmitir para a criança negra, vai acabar colaborando para o progresso da discriminação e do preconceito.

Uma maneira levar as crianças a compreender e distinguir as diferenças entre si, e mostrar que a diversidade é muito importante para a contribuição da constituição de um povo, e o reconhecimento dela é fundamental para a construção da identidade pessoal. Diante disso, Conceição (2006, p. 27) discute que:

Desenvolver práticas educativas a partir destas situações tem sido importante para que educandos e educadores conheçam histórias e culturas das populações negras, desmistificando o tema e tornando positiva e real a participação dos africanos e afro-brasileiros na história nacional.

Lopes (2006 p. 30) ainda afirma sobre as estruturas que:

Esta diversidade de que estamos falando está presente, também, na escola, muito embora nem sempre isto seja objeto de preocupação por parte das autoridades educacionais, gestores escolares e professores. É urgente pensar e promover mudanças em direção a uma escola cidadã, comprometida com os direitos humanos e a construção de identidades que respeitem a contribuição de cada grupo étnico para a formação da sociedade brasileira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) proporciona a toda criança a segurança e o direito de igualdade e de condições para a permanência na escola, o direito dela ser respeitada pelos educadores, de obter sua identidade e seus valores preservados e para não ser posta a alvo de qualquer forma de discriminação, negligência ou tratamento vexatório. Ancoradas nesse preceito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) estabelecem que a “identidade étnica, assim como a língua materna, é elemento de constituição da criança”.

O professor é um elemento básico do ato pedagógico e pode ser um aliado extremamente importante para romper os elos dessa cadeia da alienação referente ao tema. Possui, todavia, uma formação elitista e preconceituosa. Esse fato advém por desconhecimento do assunto e por falta de oportunidade em discutir essa temática, já que desde os cursos de formação de professores é quase nula a inclusão de alguma disciplina que trate da cultura afro-brasileira.

Para a garantia de que professores e gestores estejam bastante atentos ao tema, a revisão das DCNEI incluiu, em seu artigo 8º, § 1º, a exigência de que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil explicitasse as ações sobre o tema:

[...] deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

VIII – a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX – o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

X – a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Também há a importância sobre a diversidade cultural. A escola é responsável pelo processo de socialização infantil na qual se estabelece relações com crianças de diversificadas famílias, o que favorece a construção da identidade da criança. Esse contato poderá fazer com que a escola seja o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A escola é formada como um ambiente onde os grupos sociais estão em constante diálogo e conflito, sob o desafio do respeito à diversidade.

O ambiente escolar, para as crianças negras, pode ser um espaço para a disposição da sua identidade, cuja construção se inicia no seio familiar; ou ainda, pode vir a ser o palco onde a construção da identidade nega suas raízes étnicas, caso se confronte com relações de exclusão. A escola, enquanto ambiente sócio histórico cultural de promoção e reprodução sistemática e organizada da aprendizagem dos conhecimentos humanos acumulados historicamente, além de contribuir para a apropriação destes saberes, também promove a socialização e a interação entre os sujeitos, propiciando assim a construção do sentido de humanidade pelos mesmos (Bock 2001).

É imprescindível o trabalho e as discussões em relação à diversidade ainda na infância. As crianças deverão ser preparadas desde cedo, pois dificilmente na sua fase adulta

romperam com os preconceitos que estarão sempre presentes em seu meio e assim irá desenvolver atitudes discriminatórias que aprenderam durante a sua infância. A superação do racismo ainda é uma constante luta da discriminação racial tornando a função de todo educador, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.

Infelizmente o preconceito racial e a discriminação, aumentam nas escolas, por meio de procedimentos pedagógicos entendidos como a materialização da prática pedagógica, que elimina dos currículos escolares a história de empenho dos negros na sociedade brasileira. Segundo Cavalleiro (2000), é bem visível a ausência das indagações críticas por parte dos profissionais da escola perante a frequência das crianças negras na rotina escolar. Esses acontecimentos, além de constatarem a incapacidade das professoras para conviverem com alunos negros enfatiza, também, seu desentusiasmo em ser incorporado positivamente na vida escolar das crianças. Interagirem com eles no decorrer do dia-dia, porém não ficam preocupados em conhecer suas qualidades e necessidades.

Este fato traz consequências como atitudes racistas e irracionais na vida de muitos brasileiros que mostram os problemas juntamente com as deficiências que podem ser vistos, também nas questões curriculares. Para obter sucesso na implementação da Lei 10.369, de 2003, a escola e seus professores não podem deixar apenas no papel, têm de fazer valer o conjunto com os processos pedagógicos, pois, ao conhecer um grupo de crianças, logo se vê o contexto social vivenciado por cada uma delas. Os adultos têm a possibilidade de criar estratégias eficazes, capazes de desconstruir visões estereotipadas acerca da relação étnico-racial, oferecendo condições para que elas possam construir uma autoestima positiva.

2 ABORDAGEM TEORICA

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. O Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispostas no Parecer do Conselho, CNE/CP 003/2004 e CNE/CP Resolução 1, de 2004.

Aparentemente, as consequências das atitudes racistas na vida de milhões de crianças e jovens brasileiros possibilitam um estado de angústia silenciada dentro das Escolas. A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a LDBEN nº 9.394/96, "para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira" e para influenciar a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana (CNE, 2004), foi, um grande avanço, no entanto, quase nada foi realizado para materializar estas propostas, as condições materiais das escolas, a formação dos professores ainda continuam insuficientes para oferecer educação de qualidade para todos, assim como o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (BRASIL, 1998).

Portanto, é primordial que na primeira etapa da educação básica, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (LDBEN, Lei n. 9.394/96), os educadores proporcionem aos estudantes atividades que desenvolvam suas potencialidades no aspecto cognitivo, afetivo, psicomotor e social. "Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos" (BRASIL, 1998, p. 23).

Diante disso, Ortiz (2003) afirma que somente mediante uma releitura dos princípios que constituem a cultura negra no Brasil é que conseguiremos nos esforçar em um meio, um aperfeiçoamento pedagógico, que nos direcione para uma pedagogia verdadeiramente brasileira, apto a resgatar para todos os brasileiros uma cultura que seja nossa, mas que ainda e julgada como marginal e que corresponda à igualdade cultural do país, tornando-se evidente em todos os âmbitos da sociedade.

De acordo com Lima (2005), geralmente, quando personagens negros entram nas histórias aparecem vinculados a escravidão. Para esta autora, o problema não está em contar

histórias de escravos, mas na abordagem do tema que, na maioria das vezes, faz com que crianças negras se sintam constrangidas.

Segundo Cavalleiro (2010), essa relação tem sido vivenciada na escola, de um modo velado, despercebido pelos profissionais que atuam na educação, por meio de tratamentos diferenciados, nas dificuldades de relacionamento entre crianças brancas e negras, sem que estas saibam como se defender, o que leva à negação da sua própria cultura e a si mesma.

De acordo com Bento (2012, p. 09), os educadores têm criado a ideia de que a Educação Infantil é um espaço harmonioso e sem conflitos, mas o que se tem comprovado é que o preconceito racial está presente até mesmos nas primeiras fases; pois as crianças desde pequenas percebem as diferenças entre si, comparando-se umas às outras e muitas vezes expressam atitudes que revelam preconceitos.

Neste sentido, desde pequenas, as crianças já têm uma concepção sobre as diferenças, sendo construídas a partir das suas vivências com os diversos ambientes e grupos de convivências, como a família, a comunidade, a instituição escolar, entre outros, que contribuem para a construção de uma ideia do que é ser branco e do que é ser negro na sociedade (OLIVEIRA, 2004).

Cavalleiro (2010) pode observar nas brincadeiras fora da sala de aula, gestos e frases preconceituosas usados pelas crianças nos momentos de disputas, em que as crianças negras sem saberem como se defender das humilhações sofridas, optavam por se afastar, desistindo de competir.

2.1 Principais conceitos: Negro, negritude, ideologia, branqueamento, movimento negro, e educação infantil

A reeducação racial nas escolas está enfrentando dificuldades, pois a as relações étnico-raciais, nas definições expressas pelo Conselho Nacional de Educação ao regulamentar a Lei nº 10.639, de 2003 (BRASIL, 2003; 2004a; 2004b), demonstram que as pessoas negras estão em um impasse e, de uma forma indiscutível essa mentalidade é passada para as crianças que têm de conviver com a expressão negativa do preconceito.

O conceito de "negro" é considerado, tradicionalmente, de maneira negativa, e é defendido por vários estudos, especificamente pela Psicologia. Já que, os habitantes da África negra, uma multidão, era vista como imunda. Segundo Santos (2003), a definição negativa da cor negra aparece antes da noção de raça.

O movimento da negritude teve seu início nos progressos culturais orientados por intérpretes negros, mestiços e brancos. Tinham o objetivo de valorizar e divulgar as raízes culturais africanas. Bernd (1987, p. 31), em sua obra - *Negritude e literatura na América Latina* - concordou com o alerta de Sartre ao registrar que; a radicalização na contestação das atributos da raça negra acabou usada com intuito contrários aos que tiveram, justificando como teorias racistas; negando a manifestação importante, a negritude passou por parafraseá-lo, tornando-a superada pelo cansaço de suas fórmulas.

Para permitir a compreensão dos princípios, valores, atitudes, aceitando o “branquear” na concepção da preferência de projeto na sociedade que descarta os negros, ou passa a encarar a incapacidade de desvelar em atitudes, palavras, sobre a negritude, desvenda-se, imediatamente o desafio que não prejudica unicamente as crianças negras, mas também, o de aspectos contundentes, aos professores, que se revelam responsáveis tanto a sua posição de educadores, como a de autores da política curricular, estipulada primeiramente pela Lei nº 10.639, de 2003 (BRASIL, CNE/CP 2003) e mais tarde pela Lei nº 11.645, de 2008 (BRASIL, 2008).

Bem como deve ser definido o estímulo para todos aqueles que podem e devem garantir e promover o apoio ao ensino das crianças, sejam elas seus pais, parentes, amigos. Para essas instigações, que está tanto em produzir meios para revigorar o pertencimento étnico-racial das crianças negras como no de acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares em tela (BRASIL, 2004a; 2004b) nas escolas da Educação Infantil.

Ainda podemos complementar que o desafio também se impõe aos responsáveis pelo desenvolvimento da formação das crianças não negras, daquelas que crescem e são educadas em determinado lugar, mentalidades, sabedoria de raízes étnico-raciais não africanas. Antes de continuar, é de se chamar a atenção para difíceis dificuldades que se têm de afrontar no momento em que se propõe planejar a história, ou melhor, se expressando nas histórias das crianças brasileiras.

Sabemos que as crianças negras, durante a escravidão, por meio depoimentos de pessoas estrangeiras, que com frequência eram tratadas como se não existissem como seres humanos. Especificações, dos que as tinham como propriedade, as listam entre semoventes. Assim estão documentadas, em igrejas, onde foram batizadas, estão marcadas com um nome, mas não com sobrenome (RIZZOLI, 1994).

Segundo Jovino (2010), a vida das crianças escravizadas, sua educação para submissão ao pensamento europeu, ao senhor branco, tem reflexos até hoje no modo como pessoas negras são percebidas e representadas. Representações de negros, feitas por não negros, por meio de fotografias, desenhos e de outras formas, que ela analisa, expõem submissão, negação da própria existência, assimilação.

2.2 Referencial teórico

Aparentemente, as consequências das atitudes racistas na vida de milhões de crianças e jovens brasileiros possibilitam um estado de angústia silenciada dentro das Escolas. É primordial, portanto, que na primeira etapa da educação básica, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394 de 1996), os professores se imponham a realizar novas atividades que promovam as potencialidades no aspecto cognitivo de cada criança. Segundo Cavalleiro (2003), os resultados nas salas de aulas são chocantes e mostram inúmeras situações de preconceito racial durante as aulas. A autora nos convida a dar os primeiros passos para que o Brasil rompa o silêncio em torno do racismo e comece a lutar para eliminá-lo de vez do sistema educacional.

O assunto sobre a relação étnico-racial negra na Educação Infantil destaca um pouco do que se compreende por gênero, raça, questão de identidade, cor da pele, tipo de cabelo, lábios, nariz e outros. Durante a educação, o conteúdo sobre a étnica e racial acaba sendo silenciada dentro das escolas de Educação Infantil. Nunca existiu algum estímulo para que as escolas e materiais didáticos apresentassem informações positivas dos negros nas músicas nos filmes e livros que são apresentados para as crianças da Educação Infantil.

Diante disso Freire (2002) mostra que o papel do ensinamento nos faz saber valorizar a assunção da identidade cultural. Com tudo isso, entendemos que, em um procedimento educativo ajude na formação integral do aluno, o importante é saber valorizar, ensinando para os alunos com respeito sobre a sua identidade, desempenhando à vontade e o comprometimento, não separando olhares ou modos de julgamentos.

2.3 Metodologia

Os métodos utilizados para esta pesquisa no primeiro momento partiu de temas e conteúdos que foram problematizados pelos professores e pelas experiências feitas no decorrer dos trabalhos realizados em pesquisas. Segundo Cavalleiro (2003), na escola, em situações em que há conflitos entre crianças, são vencedoras da disputa aquelas que utilizam xingamentos que se referem à raça negra de forma negativa.

A inação das crianças negras xingadas revela uma mistura de medo, dor e impotência. Com tudo isso, foi de suma importância que pude estar atenta a qualquer forma de tratamento discriminatório, como gestos, tom de voz e outras atitudes que relativamente possam degradar as crianças dentro de sala de aula, diante dessas necessidades à pesquisa se propõe a responder às seguintes questões: investigar como as relações étnico raciais estão contempladas no processo de ensino aprendizagem na pré-escola em uma escola pública do município de Luziânia-Goiás.

A investigação está inscrita nos métodos denominados pesquisa bibliográfica, visto que o estudo procura fazer levantamentos de referências teóricas já analisadas. É denominada também de pesquisa de campo, pois tem interesse de realizar coletas de dados junto às pessoas. Diante da escolha do estudo de caso como abordagem metodológica desta pesquisa, define-se que a coleta de dados acontecerá em três etapas, sendo a análise documental, que precede as outras fases; mas que, posteriormente, complementa os dados obtidos, apontando novos aspectos da realidade estudada; a observação participante, que aproxima o pesquisador da realidade analisada; e, a entrevista, que permite uma maior apropriação das informações obtidas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

3 CONTEXTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a orientação e adoção de práticas pedagógicas no ensino das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, sendo uma pesquisa do tipo qualitativa. Segundo (Silveira e Cordóva 2009, p. 31), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, assim, a pesquisa se realizou nas turmas da Educação Infantil, na Escola Claudia Rosa Gomes Peixoto no município de Luziânia - GO.

A técnica de observação foi feita com entrevistas semiestruturadas. Para iniciar todas as entrevistas que foram descritas e analisadas por intermédio da colaboração de duas professoras, a diretora e a supervisora. As mesmas consideram comprometidas com a possibilidade de uma aprendizagem significativa por parte dos educadores.

Diante disso, Fonseca (2002) reconhece, em profundidade, o como e porque de determinada situação e pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativista que procura compreender o ponto de vista dos participantes. Pensando na necessidade atual os conteúdos expostos nesta pesquisa foram examinados e refletidos sobre as práticas pedagógicas que visem o ensino das Relações Étnico-Raciais.

Assim, o desenvolvimento da pesquisa foi com habilidade da leitura para as práticas sociais, há necessidade dos profissionais da educação em conhecerem as teorias que possam contribuir para adoção de ações pedagógicas serão eficazes e comprometidas com as exigências do mundo atual.

3.1 Escola Municipal Claudia Rosa Gomes Peixoto

A escola municipal Cláudia Rosa Gomes Peixoto localiza-se na Rua 13 Quadra 260 lotes 01 a 16 P.E.D IV Luziânia-GO, de natureza pública. A escola foi criada para cumprir as demandas existentes no Centro de Educação Infantil Lar de Cipriana. A partir da inauguração desta, o Centro extinguiu-se e os alunos e funcionários foram lotados na Escola Municipal Cláudia Rosa Gomes Peixoto, que, atualmente, atende 530 alunos, na faixa etária de 3 a 5 anos (creche II, infantil I, infantil II e alunos com NEE -necessidades educacionais especiais), garantindo aos alunos 200 dias letivos, cumprindo 5 horas/aula por dia, nos seguintes horários matutino 7:15 as 12:20, vespertino 12:30 as 17:30 conforme calendário escolar aprovado pela resolução do CMEI (PPP, 2016, s/p.)

Em nível de instalações físicas, a escola municipal Cláudia Rosa Gomes Peixoto constitui-se em quatro blocos de alvenaria, assim distribuídos: um bloco compreendendo sala de direção, secretaria, sala de vídeo e leitura, sala de inclusão social, depósito de material de manutenção e dois sanitários (feminino e masculino) para funcionários. Dois blocos contendo nove salas de aula com sanitários internos (feminino e masculino) e com acessibilidade especial, e uma sala dos professores. E o quarto bloco contendo refeitório, cantina, depósito de alimentos. A escola ainda possui um pátio coberto, uma Quadra poliesportiva e um parque infantil. (PPP, 2016, s/p.)

Em nível de material didático áudio-visual, a escola Cláudia Rosa Gomes Peixoto dispõe do seguinte material: um televisor, um vídeo, um aparelho de som e um retro projetor. Informática: um computador uma impressora que são utilizados na Secretaria. O corpo docente é composto por: vinte professores em sala de aula, sendo um de inclusão parcial e um de integração inversa, uma coordenadora pedagógica, oito auxiliares de educação, uma agente de portaria e agentes vigilantes noturnos (PPP,2016, s/p.).

Em nível de Coordenação Geral, esta instituição possui: diretor e coordenadora pedagógica e encarregada administrativa. Enfim, esta Escola também possui em sua organização: Caixa Escolar, Conselho Escolar e Conselho de Classe como, importantes bases de sustentação para o desenvolvimento de suas tarefas educativas e não possui nenhum convenio sendo integralmente vinculada a secretaria municipal de educação (PPP, 2016, s/p.).

3.2 Descrição da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas distintas, porém complementares, levando-se em conta critérios previamente estabelecidos e os objetivos a serem alcançados. Na fase inicial, a indagação foi de caráter predominantemente documental e argumentativo, uma vez que o momento máximo será a análise das metodologias para o ensino das relações étnico-raciais negras na educação infantil, bem como os desafios para o alcance do ensino dos alunos. Serão, pois, as seguintes questões forão:

Como a senhora acredita pedagogicamente que o racismo infantil deve ser tratado dentro da escola?

Diretora: Nós trabalhamos com uma faixa etária bem pequena ne de tres a cinco anos, então assim, eu acredito que a gente tem que trabalhar de forma mais ludicamente possível.

É através de historinhas de fatos ocorridos durante o dia dia mais bem lúdico pra inserir isso já na cabecinha desde pequeno.

Supervisora: Ele tem que ser tratado diariamente né, nas rodinhas de conversas do dia dia principalmente nos momentos que se fazem necessarios sem deixar de lado a ludicidade.

Professora “A”: Bom , o racismo ele precisa ser tratado dentro da escola não só falando em questão da Educação Infantil né, e pedagogicamente precisa ser tratado sim e de maneira muito natural. É preciso que os professores estejam empenhados nessa luta que e da sociedade e a escola fazendo parte desta sociedade não pode está fora a disso, é preciso ser tratado em conversas, atividades e em se tratando em Educação Infantil tem que ser de maneira lúdica; pois claro não vamos falar de racismo de uma maneira tão técnica como falamos com um adulto e como é discutido na sociedade de uma maneira geral, mais é um tema que sim precisa ser tratado na escola e na educação infantil também porque por mais que a gente não acredite agente consegue encontrar crianças que possam ter traços racistas até porque a criança traz essas atitudes de casa.

Professora “B”: Na Educação infantil ele deve ser tratado ludicamente, ele tem que ter coisas lúdicas pras crianças entenderem e trabalhar com história e depois fazer questionamentos sobre a mesma historia.

No currículo escolar, apresentam aos alunos informações sobre os negros brasileiros?

Diretora: Com certeza, sempre e em datas comemorativas ou sempre que acontece algum episódio que a gente precise tratar desse assunto.

Supervisora: sim.

Professora “A”: Sim, o currículo traz essas temáticas mas de maneira bem pontual , o dia no dia do índio e o negro no dia da consciencia negra.

Professora “B”: Sim, apresentam.

Em seu posicionamento como professor tem procurado investir em sua formação quanto às questões raciais?

Diretora: Sim, sempre que tem formação continuada se procura esta tratando sobre esses assuntos.

Supervisora: Sim, sempre que se fazem necessário que tenha formações, esta sempre presente.

Professora “A”: *Olha... Investir em formações especificamente em questões raciais, eu particularmente não vejo muito esta questão. Não para o trabalho do dia-dia ne, a gente tem professores que tem formação, mais e em nível de professores que lidam com este tema prioritariamente. Em relação a educação infantil que é o nosso caso, eu não vejo nenhum tipo de movimento dos professores em investir em relação a esse tema.*

Professora “B”: *Sim.*

Sobre as questões raciais ela, é feita de forma generalizada, pois a escola tem possibilidade de incidir sobre o assunto ou ela não é considerada assunto para a escola?

Diretora: *com certeza e considerada sim, principalmente quando acontece algum episódio na escola, os professores têm que sempre está tratando desta forma, sempre conscientizando os alunos sobre isso.*

Supervisora: *Não, ele é um assunto bem importante e sempre que se faz necessário e feito contação de histórias né, de uma forma lúdica pra mostrar pras crianças, já que a faixa etária e de 3 a 5 anos.*

Professora “A” *Não... Sim ela é considerada um assunto para a escola, mas é de forma generalizada mesmo, principalmente em escola de educação infantil a gente não tem o hábito de lidar com esses temas ao menos que ele surja certo? Nas datas como eu disse anteriormente no dia da consciência negra no final do ano em novembro, mais tirando isso, a gente lida com esse tema mais quando surge uma demanda, quando acontece algum caso na escola ou quando algum professor comenta que algum aluno teve uma atitude racista ou que algum aluno se ofendeu com alguma coisa nesse sentido, mais de uma maneira geral esse não e um tema recorrente na educação infantil.*

Professora “B” *É considerado um assunto para a escola sim, todos os dias a gente questiona muito com as crianças, agente fala muito sobre isso.*

Quanto ao trabalho escolar, a senhora já notou alguns professores falarem sobre a questão racial em determinadas etapas do ano letivo?

Diretora: *Com certeza, como eu acabei de dizer ne, sempre que surge algum assunto no dia-dia ai os professores tratam com eles.*

Supervisora: *Sempre no momento de planejamento sempre há debate entre os professores sobre o tema.*

Professora “A” *E como a resposta anterior, quando surge a demanda a gente fala sobre o assunto, se não tem nenhum caso específico na escola e muito difícil que esse tema venha à tona.*

Professora “B” *Sim.*

Existe algum trabalho coletivo sobre a questão racial com a participação de todos, inclusive da direção e dos funcionários?

Diretora: *sempre assim... não é uma coisa que seja sempre uma coisa tão rotineira, mais em apresentações em alguns projetos, e procuramos sempre está trabalhando todos juntos.*

Supervisora: *Como se trata de uma escola de Educação Infantil, sempre e feito peças de teatro, musicas de uma forma lúdica pra levar ao entendimento das crianças.*

Professora “A” *Não... Que eu tenha conhecimento, porque e Educação Infantil e esse tema e meio... Digamos assim um pouco mais abstrato e Educação Infantil trabalhamos com o concreto, ao menos que ocorra algum ponto com o tema recorrente.*

Professora “B” *Temos sim.*

Quanto à biblioteca, existe algum livro sobre a questão racial que contemplam alunos e professores?

Diretora: *com certeza tem sim.*

Supervisora: *Sim.*

Professora “A” *Sim, o FNDE manda os livros para a biblioteca ai há sempre temas como bullying, como questão de raça, e por mais que seja de maneira bem lúdica, bem leve existe sim esses livros na escola.*

Professora “B” *Tem vários livros que trata este assunto.*

No momento da formação, surge assuntos nas discussões que procuram incorporar a questão racial pedagogicamente?

Diretora: *Sim.*

Supervisora: *Sim, sempre.*

Professora “A” *sim, a gente procura não com tanta frequência, mas sempre que necessário sim.*

Professora “B” *Sim.*

A temática é tratada considerando apenas nas informações de livros didáticos e no Dia do Índio? Ou a escola procura romper com os estereótipos que inferiorizam a cultura destes povos?

Diretora: *Tem sempre esta trabalhando de uma forma bem lúdica e na linguagem dos alunos, na idade dos alunos.*

Supervisora: *Não, não apenas nestas datas. É importante que seja como falei no início uma questão diária que deve ser tratada.*

Professora “A” *Sim a escola procura manter, quebrar com esse estereótipo, mas atrela sempre ao dia específico.*

Professora “B” *e trabalhado no dia-dia e sempre falando nisso pra não deixar esquecer né.*

3.3 Análise da pesquisa

Com o objetivo de conhecer os desafios encontrados no processo educativo das relações étnico raciais na educação infantil, em rede pública de ensino da Escola Municipal Cláudia Rosa Gomes Peixoto, e com a finalidade de estabelecer e limitar o universo que foi pesquisado, foi feito, inicialmente, um levantamento dos conteúdos ministrados na escola pública municipal de ensino do município de Luziânia, no Estado de Goiás, onde a pesquisa foi conduzida.

Ainda como parte da análise documental, que aconteceu após a definição da escola a ser pesquisada, foi analisado a Proposta Político Pedagógica da escola, os Planos de Curso e os Planos de Aula da escola escolhida, uma vez que o objetivo da pesquisa bibliográfica é de caráter construtivo que é feito a parte do levantamento de referências analisadas por meios eletrônicos.

A escola escolhida não deve possuir uma dificuldade de identificar as expressões interpretadas no ambiente escolar. Escola cujo corpo administrativo, autorize a realização da pesquisa e os corpos docente e discente aceite participar como sujeitos. Em seguida, será feito o diagnóstico social da escola escolhida, a fim de que se conheça a realidade sociocultural dos sujeitos, bem como a realidade estrutural, pedagógica e administrativa desta escola.

O processo de coleta de dados em uma pesquisa bibliográfica tem a finalidade de conhecer o que os professores estudam ou estudaram sobre o assunto e as descobertas relevantes para a área na qual ela se insere. Segundo Gil (2007), a pesquisa sobre ideologias ou aquelas que se propõem a analisar das diversas posições acerca de um problema.

Para Bortoni (2008, p. 61), o pesquisador deve ter clareza de seus objetivos para conseguir reunir registros de diferentes naturezas, como por exemplo, observação participante, entrevistas, gravações de áudio etc., pois esses registros de distintas naturezas permitem a melhor triangulação dos dados para “confirmar ou desconfirmar uma asserção.

Seguindo esse princípio, as entrevistas foram gravadas em áudio que abordaram os tópicos discutidos durante as orientações, através de perguntas abertas ou questões propostas para reflexão. Há que se ressaltar que a coleta de dados, bem como a definição de instrumentos, sua aplicação e a elaboração e divulgação dos resultados procurarão seguir sempre as normas éticas de pesquisa, visto que, quando envolvendo humanos, o pesquisador deve pautar-se pelas Diretrizes da Resolução 196, de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (SEVERINO, 2007, p. 197).

Cuja etnicidade da pesquisa implica os seguintes quesitos: 1. autonomia: consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes, de modo que sejam tratados com dignidade, respeitados em sua autonomia e defendidos em sua vulnerabilidade; 2. beneficência: ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; 3. não-maleficência: garantir que danos previsíveis serão evitados; 4. justiça e equidade: fundar-se na relevância social da pesquisa. estabelecidas em códigos de conduta publicados ou não, comitês de ética e outras instâncias.

Em suma, a pesquisa foi regida por princípios de ética que preservem os colaboradores que se dispuserem a participar, permanecendo os sujeitos anônimos, a escola identificada, a depender da negociação prévia com todos os envolvidos na pesquisa. A pesquisa qualitativa segue as seguintes etapas ao ser realizado: a escolha de um assunto ou problema, a coleta e a análise das informações.

Segundo Ricardo (2008), um momento crucial da coleta de dados é quando o pesquisador passa a limpo suas anotações, pois é uma atividade de reescrita que favorece a reflexão e a percepção de elementos que podem ter passado despercebidos anteriormente e que mereçam mais atenção.

São registros que ainda não são dados, mas fontes para os dados e que serão convertidos pelo trabalho de indução analítica, por meio do qual, o pesquisador revisou todos os seus registros e associou a cada asserção aqueles que dão embasamento empírico para a confirmação daquela asserção (Ricardo, 2008).

Considerações

Neste estudo foi apontados caminhos para a necessidade na mudança sobre a Relação étnico-racial na Educação Infantil. Perante o exposto da importância de incluir a lei 10639, de 2003, pensamos que seja indispensável uma transformação de posturas e atitudes, no qual exige envolvimento de todos os profissionais da educação.

E, por saber que a cultural brasileira esta cada vez mais caracterizada pela síntese de culturas e etnias, nos faz abrir visões sobre, varias hipóteses que leva ao preconceito. E a educação é uma porta para que sejamos vitoriosos nesse esforço. Com a realização do nosso estudo apresentamos sobre o racismo na Educação Infantil com objetivo de compreender a temática para superar essas práticas que possa se formar desde o inicio da vida escolar.

Também é de extrema importância, que sejam feita a elaboração de currículos, livros escolares que tenham conteúdos que possam combater o preconceito racial. Pois com os objetivos alcançados durante esta pesquisa pude refletir sobre as atribuições que surjiram devido a falta de reconhecimento sobre a etnicidade racial dentro das escolas de educação infantil

Mas para isso os professores precisam reconhecer que a presença do preconceito em sala de aula vem de casa ou de qualquer outro lugar, mais que na escola e promovido o respeito as diferenças culturais.e que a escola possa desmistificar a ideia de ser um lugar onde paira a igualdade racial. É preciso pensar em uma educação que sirva para abrir os espíritos, não para fechá-los, que respeite e promova o respeito às diferenças culturais, que ajude a fortalecer o ideal da igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades CEERT, 2012. P. 98-117. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/5> 13 Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 3 (1): 1-14, 2016. Acesso em: 22 jun. 2015.

Bernd, Z. (1987). *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004a.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18, 2009.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília, 2004b.

BRASIL. Lei nº 11.645/2008. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, 2008

BRASIL. MEC/SEF. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004. Seção 1, p.11. D.O. U. de 22 de junho de 2004, BRASIL, Relatório do comitê nacional para a preparação da participação Brasileira III conferencia mundial das nações unidas contra o racismo, discriminação racial, Xenofobia e intolerância Correlata. Brasília, 2001.

_____. Plano Nacional de Educação 2014 -2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125)

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Psicologia Socio- Historica. São Paulo: Cortês 2001

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. 2008. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola. 135p. (Série Estratégias de Ensino, n. 8.)

CANDAU, Vera Lúcia. Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CAVALLEIRO, Elaine. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Elaine. Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2003.

CAVALHEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e poder: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos: Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CRUZ, M. S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CONCEIÇÃO, Regina. As relações étnico-raciais, história e cultura afrobrasileira na educação infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância, Salto para o Futuro, TV Escola. Boletim 20, p. 21-27, outubro, 2006.

DIAS, L.R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo, In: Revista brasileira de educação v. 17, n 51, set-dez. 2012, p. 661-749.

Diversidade na educação; Reflexões e experiências/Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Jorje Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros - Secretaria de Educação Média e Tecnológica , 2003.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18, 2009.

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:Paz e Terra S.A, 2002.

FORQUIN, Jean Claude. Escola e Cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. 1995a. Disponível em: . Acesso em: 24 jun. 2008.
- JOVINO, Ione da S. Crianças negras em imagens do século XIX. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2010.
- LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: Um breve perfil na literatura infanto- juvenil. In. Superando o racismo na escola. 2. Ed 2005.
- LOBO, Ana Paula. Políticas públicas para educação infantil: uma releitura na legislação brasileira. In: VASCONCELLOS, Vera. (Org.) Educação da infância: história e política. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2011. P. 133-163.
- LOPES, A. Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos. São Carlos: EDUFSCar, 1995.
- LOPES, Véra Neusa. Diversidade Étnico-racial no Currículo Escolar do Ensino Fundamental. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o Futuro, TV Escola. Boletim 20, p. 28 – 37, outubro, 2006.
- LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- LUZIANIA. Secretaria Municipal de Educação. Projeto político-pedagógico da Escola: Municipal Claudia Rosa Gomes Peixoto . Luziânia, GO, 2016.
- Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2005.
- MUNANGA, kabengele (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.
- MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: ÁTICA, 1988. (Série Princípios).
- PRESIDÊNCIA, da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- OLIVEIRA, Fabiana de. Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? (Pós-Graduação) – Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Departamento de Metodologias de Ensino Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2004.

PEREIRA, Amilcar Araujo Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula. Brasília: Fundação Vale, 2014.

RIBEIRO, Romilda Iyakemi. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania, Brasília, Panorama, 2002.

RIBEIRO, Matilde. Apresentação do SEPPIR. In: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília, DF, Outubro, 2004.

RIZZOLI, Álvaro. Inventário da escravidão em São Carlos/SP. São Carlos, UFSCar – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, 1994.

ROMÃO, Jeruse. História da Educação do Negro e outras histórias/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil: raça, classe e gênero. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.96, p. 58-65, 1996.

ROSEMBERG, Fulvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 11 - 46.

SILVEIRA, D.T; CÓRDOVA, F.P.A, pesquisa científica, In; GERHART, T.E.; SILVEIRA, D.T. (orgs.) métodos de pesquisa, Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2009.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil [tese de doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011

CEERT, Violência, saúde e racismo. São Paulo:, 2011 (mimeo).

ANEXO A



**QUESTIONÁRIO APLICADO ENTRE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE LUZIÂNIA - GO**

Acadêmica: Maria De Sousa Nascimento

Prezado (a) Professor (a), este questionário é parte integrante da pesquisa sobre: Relações Étnico-Raciais Negras na Educação Infantil: Realidades e Desafios, o qual faz parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito obrigatório para a obtenção da Licenciatura Plena em Pedagogia na UEG (Universidade Estadual de Goiás) - Campus de Luziânia sob orientação do Professor Dr. Jorge Manoel Adão.

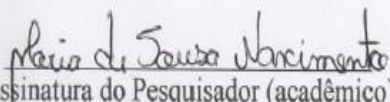
- 1) Como à senhora acredita Pedagogicamente que o racismo infantil deve ser tratado dentro da escola?
- 2) No currículo escolar, apresentam aos alunos informações sobre os indígenas e negros brasileiros?
- 3) Em seu posicionamento como professor tem procurado investir em sua formação quanto às questões raciais?
- 4) Sobre as questões raciais ela e feita de forma generalizada, pois a escola tem possibilidade de incidir sobre o assunto ou ela não é considerado assunto para a escola?
- 5) Quanto ao trabalho escolar, a senhora já notou alguns professores falarem sobre a questão racial em determinadas etapas do ano letivo?
- 6) Existe algum trabalho coletivo sobre a questão racial com a participação de todos, inclusive da direção e dos funcionários?
- 7) Quanto à biblioteca, existe algum livro sobre a questão racial que contemplam alunos e professores?
- 8) No momento da formação, suje assuntos nas discussões que procuram incorporar a questão racial pedagogicamente?
- 9) A temática é tratada considerando apenas nas informações de livros didáticos e no Dia do Índio? Ou a escola procura romper com os estereótipos que inferiorizam a cultura destes povos?

ANEXO B**Carta de Apresentação Acadêmica**

Prezado (a) Sr (a): Diretor (a): Regina Célia Chaves da Costa Eu, Maria De Sousa Nascimento, acadêmica da Universidade Estadual de Goiás – UEG – Campus de Luziânia, situada à Avenida do Trabalhador, Gleba - B4, Bairro Industrial de Luziânia, do CURSO DE PEDAGOGIA, estou realizando uma pesquisa com o tema: Relações Étnico-Raciais Negras na Educação Infantil: Realidades e Desafios sob a Orientação do Professor Dr. Jorge Manoel Adão e solicito autorização para realizar a coleta de dados nessa Instituição.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio a pesquisa. Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Respeitosamente,


Assinatura do Pesquisador (acadêmico)

APÊNDICE - C

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Neste documento eu, Mário de Sousa Albuquerque encaminho à coordenação do TC prof^o. Me. Leonardo Vivaldo declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

Luziânia 20 de novembro de 2017.

Mário de Sousa Albuquerque
(Assinatura do discente)

CARTA DE ACEITE PARA BANCA EXAMINADORA

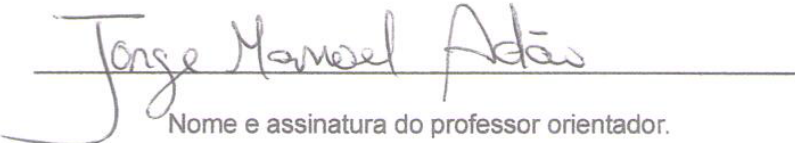
Luziânia-GO, 24 de maio de 2017.

Ao Coordenador Adjunto de TC do Curso de Pedagogia, Professor. Me. Leonardo Vivaldo do Campus Universitário de Luziânia.

Comunico que o aluno(a) **Maria de Sousa Nascimento**, do Curso de Graduação em Pedagogia, **está apto(a)** a apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso, em sua versão prévia, para a Banca de Qualificação, intitulado **“Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil: Realidade e Desafios”**.

Sendo o que havia a informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Nome e assinatura do professor orientador.